

FORTES E CASTELOS DO ALTO MINHO

Por FRANCISCO SAMPAIO*

Este título faz parte do livro “O Produto Turístico do Alto Minho” (que teve o patrocínio da Câmara Municipal de Viana do Castelo) e como objectivo dar uma maior visibilidade aos **recursos turísticos**, não só do Concelho de Viana do Castelo, como da Região de Turismo do Alto Minho, na certeza que conforme dizemos in **À Guisa de Introdução** “se considerarmos como recurso turístico todo o elemento natural, actividade humana ou seu produto, capaz de motivar a deslocação de pessoas ou de ocupar os seus tempos livres”, concluiremos, então, que o sector do Turismo tem na Princesa do Lima, como no Alto Minho recursos de grande interesse, dos quais sobressaem a paisagem e outros recursos naturais, os usos e costumes, o artesanato e o património monumental e artístico, a variedade gastronómica, algum potencial termal, para além dessa importante riqueza que consubstancia a disponibilidade de uma significativa área do Parque Nacional da Peneda Gerês.

Estávamos em 1991 e era importante definir-se, concretamente, quais os recursos que tínhamos em relação ao património monumental e artístico, assim como ao Turismo Cultural e Paisagístico, tendo nessa altura avançado para aquilo que poderiam ser, no futuro, os seguintes roteiros: Roteiro Românico da Ribeira Minho, Ribeira

* Presidente da Região de Turismo do Alto Minho.

Lima e Ribeira Cávado; Roteiro das Torres Medievais do Alto Minho, Roteiro dos Fortes e Castelos do Alto Minho, Roteiro do Turismo Religioso, concretamente, Caminho Português de Santiago de Compostela, Santuários do Alto Minho, Roteiro do Artesanato, Roteiro Gastronómico e Roteiro dos Vinhos Verdes.

Neste caso concreto, iremos abordar os Fortes do Litoral e dentro destes os que estão inseridos na frente marítima do Concelho de Viana do Castelo, ou seja, Fortim da Areosa, também, conhecido por “Rego do Forno” e “Castelo Velho” e o Fortim de Paçô, em Montedor, junto à bem conhecida Praia dos Ingleses.

Quanto ao Castelo de Santiago da Barra já o abordamos in “CADERNOS VIANENSES” (tomo 40) onde vêm explicitadas as quatro fases de recuperação do imóvel já totalmente restaurado e revitalizado dentro do Espírito de Corfu e da Carta de Veneza: (1ª Fase – desmantelamento de todos os “apêndices” que descaracterizavam a fortaleza; 2ª fase – Restauro da Capela de Santiago, Paiol e Edifício Central – parte norte; 3ª fase – Recuperação da Torre da Roqueta e Zona Envolvente; edifício central parte sul -; 4ª fase – recuperação do edifício da Torre do Relógio para a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo).

Os Fortes do Litoral

Conforme referimos anteriormente, trataremos, especialmente, dos dois fortes que estão na zona marítima de Viana do Castelo, sem, no entanto, deixarmos de informar que no livro “O Produto Turístico do Alto Minho”, também, vêm referências específicas aos dois fortes da zona marítima do Concelho de Caminha, “Largarteira” – Vila Praia de Âncora – e “Forte do Cão” – Gelfa / Âncora .

Seguindo o exemplo de Espanha (Costa Galega), D. Pedro II mandou construir (1699/1702) os quatro fortins do litoral igualmente a

sofrer restauros pela Região de Turismo do Alto Minho com vista ao seu aproveitamento para o Turismo.

O Forte da Lagarteira, em Santa Marinha de Gontinhães, hoje Vila Praia de Âncora, defende o “portinho” com quartel, armazém e casa para o Governador (encontra-se aqui instalada a Delegação Marítima de Vila Praia de Âncora).

O Forte do Cão, na freguesia de Santa Maria de Âncora, no lugar da Gelfa, completaria a defesa da enseada, na altura saqueada por piratas argelinos e sletinos que se introduziam na costa e facilmente desembarcavam.

Em 1701, e de apoio à defesa da costa entre Viana e Vila Praia de Âncora, era construído o Fortim da Areosa, também conhecido pelo “Rego do Forno” e “Castelo Velho” e, em 1703, o Fortim de Paçô, em Montemor, junto à bem conhecida praia dos “ingleses”.

**Formulário Tipo para Pedido de Apoio a Projecto-Piloto de
conservação e de promoção do Património Arquitectónico
Comunitário
Comissão das Comunidades Europeias**

Identificação do Requerente – Região de Turismo do Alto Minho

Nome do Responsável – Francisco José Torres Sampaio

Rua Hospital Velho

Localidade – Viana do Castelo

Identificação do Monumento

O Projecto já foi apresentado anteriormente? Sim

Assinado pelos pelos técnicos da CCRN (Viana do Castelo) – Eng^o José do Lago Arrais Torres de Magalhães e Arquitecto Luís António Lourenço Teles.

O nome do Monumento – Forte de Paçô – Carreço – Viana do Castelo

Localização do Monumento – Carreço – 4900 Viana do Castelo

Época / Data de Construção – séc. XVII (D. Pedro II)

- **Estilo:** Arquitectura Militar
- **Descrição do monumento ou do local (máximo 15 linhas):**
 Mandado construir por D. Pedro II (1690) e destinava-se à defesa da Costa Litoral.
 É considerado um imóvel de interesse público (Decreto Lei 95/78 de 12/10).
 Formado por quatro panos de muralhas, tendo no interior a casa do guarda e do capitão-mor. Está muito degradado. Tratava-se de um Forte avançado junto ao litoral e servia de apoio à defesa do Castelo de Santiago da Barra em Viana do Castelo.
- **Importância arquitectónica e histórica do monumento ou do local no quadro do património nacional ou regional**

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO MILITAR

- **Importância regional e turística do monumento ou do local em relação ao meio envolvente:**
 Muito importante para a cidade de Viana do Castelo
- **Utilizações do monumento ou do local:**
 Utilização (ões) iniciais de 1690 a 1900 / Militar
 Utilização (ões) actuais de
 Utilização (ões) após as obras de conservação: a partir de 1990 / Turístico
- **O monumento ou local encontra-se protegido, classificado ou localizado numa zona a preservar, no âmbito da legislação nacional em vigor? Sim.**
- **Se a resposta for afirmativa, indique qual a legislação, o documento de classificação de monumentos e locais em que se encontre incluído ou a zona em que se localiza.**
 Imóvel de Interesse Público (Dec. Lei 95/78 de 12/10)



Forte de Paçô - Carreço

- O monumento ou local está aberto ao público? Se a resposta for afirmativa, indique quais as zonas visitáveis e o respectivo horário de abertura. Não
- De que forma é anunciada a abertura ao público? (por exemplo, através da imprensa, de cartazes.....)

DESCRIÇÃO DO PROJECTO DE CONSERVAÇÃO E/OU DE RESTAURO

- Descrição do actual estado de conservação do monumento ou do local (antes do inicio das obras). Quais são os problemas de ordem material, metodológica e conceptual que a conservação ou o restauro do monumento ou do sitio levanta?
O Forte está muito degradado tendo já a RTAM feito obras de restauro a nível dos panos de muralha e no interior (restauro e refechamento das muralhas, limpeza interior). A metodologia a seguir e a sua activação com fins turísticos.

- **Quais são as propostas que o projecto de conservação ou restauro apresenta para esses problemas específicos (de ordem material, metodológico ou conceptual)?**

O projecto de conservação e restauro destina-se ao aproveitamento do imóvel para ABRIGO DE PESCA DESPORTIVA – trata-se de uma unidade de restauração que respeitaria o valor urbanístico, arquitectónico, volumétrico, de escala e decoração do imóvel, com um sector desportivo (arrecadação dos apetrechos de pesca) e pequeno restaurante.

- **Se for caso disso, descrição das obras já executadas ou em curso (precisar a data de execução)**

As obras já efectuadas destinaram-se á limpeza, consolidação do pano de muralhas e refechamento (interior e exterior). 1989.

- **Definição das obras a realizar com o apoio financeiro solicitado à comissão e respectiva descrição pormenorizada (importante: as obras deverão estar concluídas o mais tardar em Setembro de 1991).**

- *Reaproveitar um velho forte obsoleto para um novo uso, significaria em primeiro lugar inseri-lo na dinâmica que actualmente caracteriza o local.*
- *Encará-lo como elemento potencialmente útil poderá reforçar essa dinâmica mas, significará, também, reforçar a sua imagem, sublinhando algumas das suas relações com o sítio, referenciando-as a uma “outra leitura” e a um determinado “entendimento” do local e da paisagem.*
- *Tornar a sua construção funcionalmente utilizável significará redesenhar a sua estrutura funcional segundo parâmetros que sugerirão consequentemente um novo uso (e não aquele que foi construído), definindo uma vez mais a sua arquitectura (agora de acordo com os objectivos pretendidos).*
- *Apropriar o edifício para outros fins passará, ainda, pela definição precisa da sua utilização futura e na consequente transferência dos espaços para*



Forte de Paçô - Carreço

essa função, redimensionando-os ou complementando-os como é o caso por forma a torna-los utilizáveis.

- *A proposta é de encarar o edifício existente, como uma “sólida ruína” e logo em seguida como uma “ruína utilizável”.*
- *O programa definido aponta para a sua utilização para “abrigo de pescadores desportivos”: - um local onde estes poderão guardar o seu material e ao mesmo tempo o lugar de estar e de convívio que permitirá ao edifício manter uma vida própria.*
- *Os espaços existentes serão reaproveitados para os serviços necessários – lockers, vestiários de pessoal, cozinha, sanitários e arrumos – e a construção proposta destinar-se-à a um bar de apoio ao abrigo.*
- *A arquitectura define uma nova construção assente sobre a actual. Esta construção (de recorrência Miesiana) será fundamentalmente um “tampa” com uma espessura mínima de (0,34 m) balanceada em toda a sua dimensão assente numa estrutura de perfis I em ferro, com um perímetro interior fechado em vidro e uma ligação vertical.*
- *A área de construção nova é de cerca de 200 metros quadrados e a existente de 130 metros quadrados, prevendo-se que o custo total do empreendimento a realizar seja de 40 mil contos.*

- **Nome da pessoa responsável pelas obras de conservação/restauro:**

FRANCISCO JOSÉ TORRES SAMPAIO

Presidente da Região de Turismo do Alto Minho

Uma má notícia

Pese todo o esforço feito pelos serviços da Comissão de Coordenação da Região Norte em Viana do Castelo, respectivamente, o Eng^o Responsável José do Lago Arraias Torres Magalhães e Arquitecto Luis Teles e pesem todos os esforços feitos pela RTAM junto do Instituto Português do Património Cultural (Direcção Regional do Porto) e, ainda, todas as explicações dadas pela Equipa Técnica da CCRN, por Despacho de 11.10.1991, **não foi aprovado**, o processo referente à adaptação a Abrigo de Pesca Desportiva, do Fortim de Montedor.
ASSUNTO: ADAPTAÇÃO A ABRIGO DE PESCA DESPORTIVA DO FORTE DE PAÇÔ – CARREÇO - EM VIANA DO CASTELO

(MEMÓRIA DESCRITIVA QUE RESPONDE AO PARECER DO I.P.P.C. DE 3-12-1991)

Em 16-06-89 o I.P.P.C. emitiu o seu primeiro parecer sobre o estudo prévio que elaboramos em Agosto de 1987 e que havia sido executado após uma reunião de trabalho efectuada no local em 1986 onde para além de mim (elementos do GAT – entre os quais arquitectos – e engenheiros da C.C.R.N.) estiveram presentes a arquitecta Margarida Coelho, o Dr. Sampaio e o Sr. Viana da Rocha, representantes respectivamente do I.P.P.C., R.T.A.M. e Junta de Freguesia de Carreço.

O estudo prévio que em 1987 foi apresentado diferia apenas do actual de Outubro de 1989 em questões de pormenor, uma vez que no fundamental, a ideia, objecto do nosso segundo parecer de 3-12-91,

(ou seja 14 meses após a apresentação do trabalho e 52 meses após a elaboração do 1º estudo), era a mesma.

O 1º parecer de 16-06-89, apenas referia o seguinte (transcreve-se o texto original):

- Em relação ao assunto em epigrafe e na sequência da reunião efectuada nesta Delegação do Norte do I.P.A.C. em 22 de Maio p.p. solicito a V. Ex^a. De acordo com o combinado, o envio das seguintes peças desenhadas:

“Levantamento de todo o existente:

- Montagem fotográfica que permitia analisar o impacto das propostas;
- Indicação de acessos que deverão ser em terra batida com o existente;
- Prever local para o parque automóvel;
- Pormenor da lage de cobertura;
- Pormenor da ligação, em termos de pavimento exterior, da proposta com o existente;
- Estudo dos Zep”

(Estes elementos foram todos apresentados)

O estudo elaborado em 10/89, procurava responder com os elementos solicitados e ao que nos era igualmente indicado em pormenor na reunião efectuada na Delegação Norte do I.P.P.C. em 22 de Maio.

Segundo entendemos o I.P.P.C. longe de reprovar a ideia, pretendia sobretudo rigor na intervenção.

É justamente este rigor que o projecto de 10 de 1989, pretende vir a provar, procurando tecnicamente, resolver sobretudo as questões de base que o último parecer do I.P.P.C. de 3-12-1991 (totalmente fora do percurso do processo) levanta e em nosso entender, como falsa justificação da reprovação que emite.

Transcrevemos uma vez mais:

1º - Garantia de reversibilidade;

2º - Alteração significativa do perfil do imóvel;

(o resto da informação, são no fundo considerados irrelevantes).

No nosso entender e conforme se justifica sem qualquer tipo de equívocos de ordem técnica, a construção que se pretende, permite perfeitamente construir e que, em qualquer momento se possa retirar a estrutura proposta, sem que haja qualquer tipo de estragos na construção existente, uma vez que na sua execução, não há nenhum contacto com esta.

Em nossa opinião esta crítica ao projecto é uma falsa crítica, conforme acima já afirmamos o que demonstra inclusivamente que o projecto, não foi devidamente lido por quem o apreciou.

(Claro está, que terá de ter contrariamente ao que é definido no parecer, algum peso senão, voaria com o vento, que habitualmente se sente no local – aliás essa foi uma das nossas preocupações técnicas – referimo-nos ao ultimo do parecer de 3-12.1991

2º Relativamente à alteração significativa do imóvel, o desenho nº 10, que foi feito com todo o rigor – já que é desenhado sobre uma das bases fotográficas onde estavam colocadas 4 “miras” com a altura real do edifício – conforme se pode ver numa das fotografias – ou fotocópia de fotografias – apresentadas) parece-nos demonstrar precisamente o contrário, ou seja que a alteração do perfil do imóvel não é significativa mas apenas essencial e minimamente alterada em relação aos fins pretendidos.

Quanto á contraproposta que no fundo o I.P.P.C. apresenta e que, transcrevemos uma vez mais:

...“Lançamento de uma cobertura sobre a área do pátio (que) deverá ser sempre encarada como solução precária e amovível quiçá de instalação sazonal” ...

- Entendemos que a mesma se revela teoricamente, bastante frágil, como é inclusivamente teoricamente frágil, a terminologia do precário e amovível bem como o conceito da utilização sazonal.

De facto, no meu entender, se se justificar recuperar um edifício do passado, entre o 2º tempo do mesmo, deverá oferecer, ao presente,

condições de funcionamento e de qualidade de espaço e arquitectura compatíveis com o mesmo e que reforcem a sua permanência e ao mesmo tempo, não o diminuam, tal como em si o termo precário e amovível parece querer significar.

Também me parece neste caso que o 2º tempo do edifício já nada poderá ter a ver com a sua função original – de facto hoje um Forte é um edifício “funcionalmente obsoleto” apesar de culturalmente se revelar disponível para um novo entendimento arquitectónico.

Aqui, embora o parecer do I.P.P.C. parece dar conta deste desafio cultural, (e pergunto,será que os arquitectos militares do Séc. XVIII tinham mais cuidado com a paisagem ou que sabiam mais arquitectura do que nós – arquitectos de hoje?) a conclusão que tira e aquilo que aconselha na prática, demonstra apenas “duvidas”, “receios”, “indecisões”, etc e inclusivamente alterações ao que já em evolução havia sido decidido.

Transcrevemos uma vez mais:

.....Está-se contudo ciente da dificuldade de que se reveste a intervenção, num edifício deste tipo, em que época, arquitectura e presença na paisagem geraram entretanto valores de grande sedimento.

- Termino assim afirmando que foram no fundo estes valores de grande sedimento que nos motivaram e nos levaram ao grande empenhamento, de todos nós, os mesmos (ao que parece apenas com excepção de um) daqueles que em 1986 se deslocaram ao local e iniciaram esta acção que quase 6 anos depois viria, assim a terminar.

Dos presentes em 1986, o Dr. Sampaio da RTAM e o Sr. Viana da Rocha – Presidente da Junta de Freguesia senti sempre todo o apoio, apoio este, que me levam ainda, para os devidos efeitos e para que não seja por culpa minha, que se verifique o abandono do Forte em causa, a redigir esta memória, tal e qual como o sinto, respondendo ao parecer de 3-12-1991 do I.P.P.C.

Viana do Castelo, 20 de Março de 1991

Ass) O ARQUITECTO - Luís António Lourenço Teles

Os Motivos da não Aprovação

Conforme ofício do IPPC de 03/12/1991 relativo à Adaptação a Abrigo de Pesca Desportiva, diz-se em resumo o seguinte: “A reutilização deste imóvel constitui, sem dúvida, factor benéfico para a salvaguarda do monumento, quer enquanto instrumento de entrave ao actual curso da degradação das estruturas, quer como factor tendente ao maior controlo da situação de ocupação abusiva das áreas envolventes que se tem vindo a verificar por parte de instalações precárias e sem qualidade, com maior incidência nos meses de Verão. Está-se, contudo, ciente da dificuldade de que se reveste a intervenção num edifício deste tipo, em que época, arquitectura e presença na paisagem geraram, entretanto, valores de grande seguimento.

(...)

Nestes termos, “a nona secção do Conselho Consultivo do IPPC entende que deve ser eliminado o piso sobreposto ao actual pátio, a fim de manter a configuração volumétrica do conjunto. Em conformidade, terão que ser reconsideradas as áreas funcionais e inscritas, redimensionando, equacionando o programa com os espaços disponíveis do piso térreo. O lançamento de uma cobertura sobre a área do pátio deverá ser sempre encarada como solução precária e amovível, quiçá de instalação sazonal, não implicando a introdução de apoios pesados, nem ferindo as estruturas e superfícies do monumento”.

A última proposta RTAM / CCRN

Respigamos a parte final da Memória Descritiva e Justificativa elaborada pelo Arquitecto Luís Teles, depois de muitas reuniões no IPPAR e desenvolvida pela RTAM e pelos Técnicos da CCRN (Viana do Castelo) e que foi remetida ao então já IPPAR e que mereceu aprovação oficial.

Memória descritiva e justificativa

A intervenção no Forte, motiva imediatamente uma apropriação do espaço superior do mesmo.

As propostas que apresentamos têm como objectivo criar uma lógica de interrelação de espaços que permita viabilizar a utilização do espaço frontal superior, da construção como espaço de esplanada, criando condições de privacidade, protecção contra o vento e extensão dos serviços necessários a um funcionamento hoteleiro eficaz criado a partir dos espaços cobertos devidamente recuperados.

A uma figura árida do espaço retido na memória pela dureza de estímulos do clima, justapusemos no projecto a figura do “muro” ligado a uma ideia de protecção e simultaneamente de separação e privacidade. Do pátio é necessário fazer chegar os serviços que instalamos nos dois edifícios que o ladeiam.

Assim a este mesmo espaço por concepção e natureza de “trincheira”, “depressivo” e ausente a relações e significados com o exterior, justapusemos a figura de “torre” e de “escada” criando-se deste modo um referencial que nos liga à esplanada e gera um movimento de ascensão que contrairá a natureza do mesmo e criará uma alternativa lógico funcional às duas escadas já existentes (demasiado fora do circuito lógico e de passo muito elevado). O elemento vertical criado funcionará como escada de serviço e monta-cargas.

Nos dois edifícios que ladeiam o pátio, localizaremos os espaços que carecem da realização de infra estruturas e que garantam alguma persistência funcional como seja a cozinha, quartos de banho e as salas de jantar.

Em síntese, procurou-se que o forte não fosse somente apenas um pátio vazio... pelo que se lhe procurou restituir uma lógica funcional que o regenerasse como espaço útil, lhe conferisse alguma capacidade de integração e regeneração de imagem, que lhe permitisse identificá-lo com um novo espaço, ou como um novo conceito de fruição do espaço.

Ao nível do arranjo dos espaços exteriores procurou-se definir o acesso ao forte, reduzir a área de terraplano, minimizar o efeito visual negativo gerado pelo estacionamento automóvel, definir o atravessamento da zona dunar para acesso à praia e projectar os equipamentos de apoio necessários à concessão de “Bandeira Azul”: - sanitários/balneários, postos de socorros e centro de informação ambiental, e ainda, suplementarmente um abrigo de pescadores de pesca desportiva, caso do guarda e arrecadação.

Actualmente o acesso ao forte não se encontra claramente definido realizando-se hoje através de um campo de nada e de ninguém que durante a época balnear se traduz num amontoado caótico de automóveis.

A nova proposta é afastar este acesso da zona de dunas e desenhá-lo segundo uma curva por forma a afastar o mais possível os automóveis do ângulo de campo visual do forte e por outro lado, motivar uma leitura dinâmica do monumento. O número de lugares criado é de 84.

Esta opção permitirá aumentar a área da duna afastando ao mesmo tempo os automóveis para junto dos muros que separam a zona, da veiga que visualmente poderão ocultar os automóveis estacionados.

Relativamente aos acessos à praia propomos que os mesmos se sobreponham aos trilhos já existentes e que correspondam aos sulcos de drenagem natural das águas pluviais.

O edifício dos balneários / sanitários engloba, também, um abrigo de pescadores de pesca desportiva, posto de primeiros socorros, arrecadações, casa de guarda e posto de informação ambiental.

Com esta estrutura construída, a praia do Forte de Paçô poder-se-à candidatar à “Bandeira Azul”.

O abrigo de pescadores constituía um complemento ao programa inicial do “Forte” prevendo-se que venha a ser uma estrutura de animação na praia que prolongará o seu funcionamento para além

do período de Verão. Uma vez que a construção no edifício do “Forte” se limitou a um simples “apontamento” minimalista tornou-se necessário transferir a instalação de certos espaços previstos no programa inicial para fora do mesmo. Incluem-se neste conjunto de espaços para além do abrigo de pescadores a casa do guarda e uma arrecadação de stocks de apoio ao similar de hotelaria a instalar.

Para obter uma melhor integração na paisagem optamos por construir uma estrutura enterrada, da qual emergirão apenas os espaços que pela sua natureza não poderão ficar instalados na cave, como é o caso da casa do guarda e do posto de informação ambiental.

Uma vez que se pretende que a utilização desta praia não seja apenas sazonal, será lógico que o tipo de construção não seja precário, amovível e pré-fabricado (igual a tantos outros).

O edifício proposto foi estruturado por quatro muros simultaneamente paralelos e ortogonais, dois que definem a rampa e outros dois perpendiculares a esta que definem a escada.

Junto a estes dois últimos acoplou-se o pavilhão de r/c onde se localizará a casa do guarda e o posto de informação ambiental.

O espaço que define a cobertura do edifício enterrado será pontuado por dois paralelepípedos que correspondem a dois lanternins de iluminação dos balneários.

O posto de primeiros socorros será iluminado a partir da rampa e da escada.

Os materiais pretendem criar uma ligação mimética com os dados do sítio. No Forte a torre será em ferro oxidado e os muros em pedra de granito. No edifício dos balneários/sanitários, será novamente a pedra, o ferro oxidado e ainda a madeira (de alta densidade).

O estacionamento terá lancis em granito e pavimento em calçada à portuguesa.

(Arquitecto Teles – 30 de Janeiro de 1995).

A aprovação do documento pelo IPPAR

Aprovado definitivamente o Projecto de Reabilitação do Forte de Paçô em Carreço, vem a Direcção Geral do Património a solicitar-nos sobre as diligências que a Região de Turismo do Alto Minho tem vindo a efectuar no sentido de obter os respectivos financiamentos com vista à execução do projecto em questão. A resposta que enviámos em 1996, foi a seguinte: Como V. Ex^a., pode constatar, o projectista de acordo “normas” do IPPAR só pode rentabilizar as instalações já existentes (sem aproveitamento do pátio superior onde de início se propunha uma estrutura envidraçada para uso permanente), obrigando à construção de um novo edifício ao lado do Forte que servisse balneário/sanitário, abrigo de pesca desportiva, posto de primeiros socorros, casa do guarda e posto de informação ambiental. Estas alterações elevaram a obra para 60 mil contos acrescidas de 4200 contos para honorários.

Programa PITER

Já em 1998 e numa hipótese de se poder desbloquear esta situação, procuramos através da Câmara Municipal de Viana do Castelo (Programa PITER – Programas Integrados Turísticos Estruturantes de Base Regional), uma solução financeira para o restauro do Forte do Paçô sem esquecer a componente privada obrigatória nos programas PITER.

Fizemos, idêntica diligência junto do Vereador responsável pelo Pelouro do Ambiente – Eng^o José Maria Costa e que tem a seu cargo “O Restauro e Viabilidade da Reconstrução dos Fortes do Rego e de Paço”. Porém, o problema agudiza-se, exactamente, com a aprovação pelo IPPAR da chamada Segunda versão do projecto e do aumento do custo da obra. De facto, na primeira versão, o projecto previa a utilização de uma cobertura transparente que permitiria a sua utilização durante todo o ano. A não autorização desta cobertura e a criação do bar de apoio no rés-do-chão diminuiu a menos

de 50% a possibilidade de acesso aos pescadores desportivos, penalizando a rentabilidade económica do mesmo. Por outro lado (já o dissemos), elevou de imediato o custo da obra prevista em 150 mil Euros (a primeira versão), para 300 mil Euros (segunda versão). Naturalmente que esta versão complica tudo quanto tínhamos programado em relação ao Forte do Castelo Velho, cuja Memória Descritiva dizia o seguinte:

Forte do Castelo Velho - Areosa

Este forte encontra-se implantada numa área urbana da cidade de Viana do Castelo que no futuro próximo irá ser objecto de um esforço de revitalização, sobre o ponto de vista urbano, no sentido de serem criadas as infraestruturas necessárias para o seu funcionamento como praia da cidade. Esta edificação poderá ser, assim, assumida como elemento urbano primário importante na definição do quadro de usos a incentivar ou ainda no sublinhar de algumas das pré-existências históricas do lugar, dado que constitui o único edifício até à data existente sendo por conseguinte um elemento fundamental definidor da memória do sítio. Dentro desta perspectiva o programa de reconversão do forte poderá, ainda, englobar a revitalização das antigas “camboas” e



Forte do Castelo Velho - Areosa



Forte do Castelo Velho - Areosa

dos “viveiros” ainda existentes embora já não utilizados e a recuperação da construção do forte propriamente dito para infraestruturas turísticas de apoio à praia e à cidade (exemplo Casa de Chã, Bar, etc.), ou ainda a criação de um pequeno espaço de museu onde se pudessem expor algumas das peças arqueológicas já recolhidas ou a recolher no local (exemplo “picos” e pesos de rede ligados às actividades das pescas – como alguns existentes no Museu da Cidade – conjuntamente com um bar que simultaneamente lhes servisse de apoio e também apoiasse a praia. Esta iniciativa poderá vir a envolver



Forte do Castelo Velho - Areosa

outras entidades interessadas devendo-se efectuar estudos mais apropriados no sentido de avaliar os custos necessários a cada um dos esforços, prevendo-se nesta primeira fase um valor de investimento aproximadamente de 40 mil contos, assim discriminados: construção – 40 mil contos, acessos – 800 contos, equipamentos – 5 mil contos, total 35 800 contos.

Uma proposta final

Face ao vandalismo existente cada vez maior nos três fortins (Areosa, Paçô e Cão), por maior vigilância que a RTAM vem solicitando, permanentemente, à GNR, Guarda Fiscal e à Polícia Marítima para a respectiva vigilância e que sei a fazem em todas as rondas (na quinzena passada a própria Guarda Fiscal nos informava que tinham no Forte do Cão partido a porta de entrada que estava fechada, e bem fechada, assim como destruíram parte do telhado do Fortim); do “roubo” de pedras sigladas das próprias muralhas a altas horas da noite, muitas vezes em noites de invernia, tendo sido a própria RTAM obrigada a remover para o Castelo de Santiago da Barra (devidamente autorizada pelo IPPAR), alguns dos brasões e escudos que se mantinham nos respectivos fortins.

Ultimamente, o Senhor Director Geral do Património já em contacto com o IPPAR e a RTAM, propõe que haja uma maior disponibilidade para o encontrar de soluções intermédias, dentre as duas versões apresentadas, de modo que seja viabilizada uma solução que garanta o aproveitamento do Forte de Paçô para um Abrigo de Pesca Desportiva (agora englobado dentro do Turismo Náutico), que torne mais atractivo o seu restauro pelo sector privado e que possa ser viabilizada uma candidatura ao QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional – 2007/2013). Aceite esta solução, oficialmente, o mesmo projecto poderia ser adaptado, como desde o início foi veiculado ao IPPC (agora IPPAR), aos restantes fortes, concretamente, ao Forte do “Castelo Velho” – Areosa. É esta proposta que a RTAM faz à Câmara Municipal de Viana do Castelo em ano de **Festa Maior (2008)** que agora começa - Comemorações dos 160 Anos de Elevação a Cidade já no próximo dia 19 de Janeiro e dos 750 Anos do Foral do Município, em 18 de Junho, entre outras efemérides.

Gaudeamus Igitur